Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão

Marriages and geographical mobility in Portugal in the 19th century (1800-1830): the council of Marvão

Mariages et mobilité géographique au Portugal au XIXe siècle (1800-1830): la municipalité de Marvão

Los cónyuges y movilidad geográfica en Portugal en el siglo XIX (1800-1830): el concejo de Marvão

Raquel Tovar Pulido Universidad de Extremadura rtovarp@unex.es

Resumo: Este artigo estuda a nupcialidade no concelho de Marvão entre 1800 e 1830. Os registos paroquiais constituem o suporte empírico. O seu tratamento quantitativo permite realizar o estudo da formação da família. Aborda-se, por um lado, o número e o tipo de casamentos e recasamentos; por outro, a mobilidade geográfica, analisada a partir dos matrimónios, dependendo do sexo e estado civil. O objetivo último deste artigo é o de conhecer o comportamento da nupcialidade tendo em conta a mobilidade dos nubentes viúvos e solteiros numa curta, média e longa distância.

Palavras-chave: demografia histórica, nupcialidade, concelho de Marvão, antigo regime

Abstract: This article studies the nuptiality of the council of Marvão between 1800 and 1830. The parochial sources are the main empirical material for this study, using a quantitative methodology, which allows us to make the study of family' behavior. By one hand, the number and the type of marriages and remarriages are analysed; and, on the other, we studied the geographical mobility, by sex and marital status. The final aim of this article is the analysis of the nuptiality regarding the mobility of widowers and of single spouses in a short, medium and long distance.

Keywords: historical demography, nuptiality, council of Marvão, early modern times

Résumé: Cet article étudie la nuptialité dans la municipalité de Marvão, entre 1800 et 1830. Les sources paroissiales sont utilisées comme matériel pour réaliser cette recherche. De même, la méthodologie quantitative nous permet d'étudier la formation de la famille: d'une part, le nombre et le type de mariages et de remariages sont analysés; et d'autre part, on étudie la mobilité que gèrent les mariages, en fonction du sexe et de l'état matrimonial. En conclusion, cet article analyse la nuptialité en ce qui concerne la mobilité des veufs et des célibataires en tenant compte des distances courtes, moyennes et longues.

Mots-clés: démographie historique, nuptialité, municipalité de Marvão, ancien régime

Resumen: Este artículo estudia la nupcialidad en Marvão entre 1800 y 1830. Como fuentes se han utilizado registros parroquiales de matrimonios. La metodología cuantitativa nos permite un estudio de la formación de la familia: por un lado, se analiza el número y el tipo de matrimonios en primeras y segundas nupcias;

y, por otro lado, se estudia la movilidad que generan los matrimonios, según el sexo y el estado civil. En conclusión, este artículo analiza la nupcialidad y tiene en cuenta la movilidad de viudos y cónyuges solteros en distancias corta, media y larga.

Palabras clave: demografía histórica, nupcialidad, concejo de Marvão, antiguo régimen

Introdução

No sistema demográfico do Antigo Regime da Europa, a nupcialidade é um fator definidor do mecanismo de regulação populacional das sociedades tradicionais (Dupâquier, 1972: 200). A articulação da nupcialidade com os outros fenómenos demográficos, como as migrações, ganha contornos diferenciados em função da variável regional, em que o contexto socioeconómico e sociocultural é determinante, como mostram Santos et al. (2010: 77-99)¹. O período em estudo apresenta alguma complexidade por ser politicamente conturbada a nível geopolítico (guerras peninsulares e o estabelecimento de monarquias constitucionais), podendo condicionar a mobilidade marital entre fronteiras.

Enquadramento teórico

A historiografia hispano-portuguesa destacou o dinamismo da fronteira como uma área de fortes trocas económicas e sociais, também com reflexos na formação das famílias. A perspectiva demográfica envolve a pesquisa sobre a estrutura das populações raianas, sobre as quais não se tem prestado atenção significativa nos campos da História Social e da História da Família. A falta de estudos sobre a população de Marvão (centramse sobretudo sobre património) justifica o nosso interesse em investigar importantes variáveis demográficas, como a nupcialidade e os movimentos migratórios, no estágio final do Antigo Regime (Stylow et al., 2009; VV.AA., 2018). Estudos sobre a família na fronteira hispano-portuguesa foram já realizados para Olivença, Elvas e Badajoz (Cosme, 2006: 755; Cosme, 2009: 120; Moreira et al., 2009: 86; Blanco, 2003: 79-111; Tovar Pulido, 2015; 2017a; 2017b). Mesmo no contexto da Península Ibérica, foram publicados

-

¹ Raquel Tovar Pulido é investigadora na área de História Moderna (departamento de História) da Universidad de Extremadura (UEX), Espanha. rtovarp@unex.es. Esta pesquisa foi realizada durante um estágio no Centro de Humanidades (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Foi financiado pelo Governo espanhol no pedido de "Ayudas Complementarias para la Formación de Profesorado Universitario (FPU)", do *Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (MECD)*, (2015). O trabalho também está inserido no âmbito do projecto "Familia y comunidad rural: mecanismos de protección comunitaria en el interior peninsular (ss. XVIII-1900)" (com referência HAR2013-48901-C6-5-R), Plan Nacional I+D del MINECO.

diversos estudos sobre as famílias do oeste, norte e sul peninsular (Blanco Carrasco e Santillana Pérez, 2011: 35-51; Rodríguez Cancho e Blanco Carrasco, 2007: 39-58). E ainda se deve mencionar os estudos sobre nupcialidade e mobilidade marital em zona de fronteira, no Norte do Portugal: em S. Pedro de Poiares (Amorim,1983-84); em Calvão (Faustino, 1998); em Palaçoulo (Raposo, 2000), assim como em Vila Praia de Âncora (Rego, 2013). Assim, o presente artigo tem por objectivo aprofundar essa linha de pesquisa, através do estudo do caso de Marvão como uma comunidade que pode ser ilustrativa das características sobre o casamento que transcendem o espaço geográfico de análise (Cosme, 2006: 755).

Fontes e metodologia

O suporte documental sobre o qual assenta esta pesquisa corresponde essencialmente aos registos paroquiais do casamento do concelho de Marvão, os quais estão depositados no Arquivo Distrital de Portalegre. Estes assentos assumem-se como fontes essenciais para conseguir uma primeira aproximação ao estudo da família (Moreira et al. 2009: 88). Neste pequeno concelho os matrimónios analisados ao nível de freguesia possibilitam o levantamento da naturalidade, residência, e estado civil de cada um dos nubentes, sendo poucas as referências a ocupações, a não ser em cargos militares, mas sem estarmos seguros de que se trata de registos sistemáticos. A estrutura dos registos torna possível a agregação de dados, o que possibilita a observação contínua de acontecimentos demográficos nomeadamente, os casamentos e os movimentos migratórios (Santos et al. 2010: 82; Bandeira, 2004: 103). Desta forma analisamos como a fronteira influencia o volume das deslocações populacionais e, por outro lado, como pode dividir as populações que se encontram próximas, geográfica, histórica e culturalmente (Moreira et al. 2009: 88).

Do ponto de vista metodológico, o enfoque demográfico a partir de fontes paroquiais oferece uma leitura relevante para a análise do ciclo de vida centrado a partir do casamento². A estrutura das fontes analisadas permite a aplicação da metodologia

² Arquivo Distrital de Portalegre (ADP). Paróquia de Santa Maria de Marvão (Santa Maria) 1590-04-23/1911-03-29: Registos de casamentos 1632-01-10/1911-03-20; 1714-01-14/1802-01-11; 1802-02-14/1852-06-16; Paróquia de Santo António das Areias (Santo António) 1715-11-02/1911-03-30: Registos de casamentos 1716-07-19/1911-03-11; 1797-10-09/1843-01-24; Paróquia de São Salvador da Aramenha

agregativa para Marvão (Rodrigues 2008; Cosme 2009: 115). Esta baseia-se em contagens de registros paroquiais viabilizando, assim, uma visão mais *macro*. A vantagem deste método comparado com o de reconstituição de paróquias ou famílias é a rapidez de execução do levantamento, o alargamento da área geográfica de observação e a dilatação da extensão da série cronológica; depois de agregados os totais, obtemos um retrato geográfico mais alargado (Matos, 2016: 219-221). Embora uma das limitações seja a de que o nível de precisão é inferior ao proporcionado pelo processo do cruzamento nominativo, tem a vantagem de oferecer um retrato demográfico mais amplo, que, nesta investigação, abrange várias décadas (1800-1830).

Em termos geográficos o concelho de Marvão faz fronteira a Norte e a Este com a Estremadura espanhola, a Sul com o concelho de Portalegre e a Oeste com o concelho de Castelo de Vide. O seu território ocupa uma área de 154,6 km². Como outras praças fronteiriças, a localização de Marvão desde cedo lhe ditou um papel estratégico em termos defensivos da fronteira luso-espanhola. Outras praças portuguesas relevantes no contexto defensivo foram Olivença, Campo Maior e Elvas. Também Badajoz representou um escudo protetor do território espanhol, pois controlava os núcleos portugueses raianos mais próximos, formando, todas elas, um primeiro obstáculo na penetração do interior do território, procurando evitar ataques diretos a Lisboa (Moreira et al., 2009: 85-103).

Concretamente o contexto histórico em análise abrange os anos compreendidos entre 1800-1830. Naquela época a posição geográfica de Marvão na linha da fronteira torna-a importante para a sua defesa, pois o Porto da Espada, que passa à vista da praça, assume-se como estrada da artilharia. De facto, este é um itinerário para conduzir a artilharia desde Valença de Alcântara e de Albuquerque contra a mesma praça. Também contra Portalegre, Crato, Castelo de Vide e Ribatejo³. Durante as Guerras das Laranjas (1801) a praça de Marvão sofre vários ataques, mas apesar disso consegue resistir (Stylow et al., 2009). Neste período tem o seu início as Invasões Francesas (1807-1811), e anteriormente a Guerra das Laranjas (1801). Em 1808, nas Guerras Peninsulares, a praça

⁽São Salvador) 1594-07-28/1911-03-31: Registos de casamentos 1632-01-25/1911-03-29; 1763-09-14/1801-11-25; 1802-01-26/1850-04-17; Paróquia de São Tiago (São Tiago) 1555-09-02/1845-02-24: Registos de casamentos 1656-01-07/1845-01-29; 1764-11-04/1845-01-29.

³ Consultado em Património Cultural. Direção geral do Património Cultural. Castelo de Marvão. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70363 Acesso em maio de 2019.

ocupada pelos franceses é libertada. Uma década depois aconteceu a Revolução liberal de 1820 e a Guerra civil portuguesa com a ocupação de Marvão pelas forças liberais e depois pelas miguelistas (1833-1834). Na guerra, a destruição económica e o despovoamento das localidades surgiam como objetivos primordiais, pois este tipo de conflito prolongado procurava a destruição destas comunidades pelo sistemático recurso a uma política da terra queimada (Cosme 2009: 120).

Pelas razões aludidas, Marvão pode assumir-se como um "ensaio laboratorial", representativo dos concelhos fronteiriços com funções militares. Daqui resulta um melhor entendimento sobre a forma como as fronteiras, como divisões políticas, em épocas de convulsões extremas podem ter condicionado as relações matrimoniais entre os nubentes do mesmo município e também entre os de outra procedência geopolítica (Moreira et al. 2009: 86).

1. Casar em Marvão

Nas populações do Antigo Regime, o casamento assume-se como um contrato com vista à constituição de uma família, articulando-se a nupcialidade com o fenómeno da fecundidade ou da reprodução das populações (Santos et al., 2010: 79; Bandeira, 1996: 263-264). No período em estudo, a sociedade organiza-se em função da família e não do indivíduo (Souza, 2008: 3-4). Ou seja, o indivíduo adquire significado quando se assume como cabeça de casal, tendo de ser economicamente capaz de satisfazer os tributos ao Estado e à Igreja, além de angariar os rendimentos necessários à sobrevivência do agregado (Laslett, 2000).

1.1. As paróquias e as famílias

O concelho de Marvão possuía cinco freguesias no período em análise: Santa Maria, São Salvador da Aramenha, São António das Areias, São Tiago e São Julião⁴. Segundo o censo de 1801, o concelho possuía 946 fogos, onde residiam 4.041 indivíduos. No entanto, neste trabalho foram analisadas as quatro primeiras freguesias, onde o número total de habitantes é 3.370 pessoas em 783 fogos em 1801 (Silveira, 2001: 142), sendo

⁴ Em 1844 São António das Areias divide-se em duas: São António das Areias e a Beirã (VV. AA. 2018). Atualmente, a paróquia de São Tiago não existe como tal, pois foi integrada na de Santa Maria.

que a freguesia de São Salvador da Aramenha detinha o maior peso demográfico (Tabela 1)⁵.

Censo 1801	Santa Maria	São Antonio das Areias	São Salvador da Aramenha	São Tiago	Concelho
Fogos	173	154	279	177	783
Homens	347	372	643	284	1646
Mulheres	346	364	545	369	1624
Habitantes	693	736	1288	653	3370

Tabela 1. Freguesias do Concelho de Marvão (1801). Fonte: *Censo de 1801* (Silveira, 2001)

1.2. A evolução dos casamentos

Para esta investigação foram levantados os registos paroquiais dos casamentos celebrados no concelho de Marvão entre 1800-1830, ou seja, das suas quatro paróquias indicadas. Na totalidade, analisaram-se 956 assentos de matrimónio, abrangendo 1.912 nubentes (Tabela 2). Esta amostra de cerca de mil assentos oferece uma perspetiva ampla para a análise dos fatores endógenos e exógenos de reprodução no concelho (Moreira et al., 2009: 86).

Através do gráfico 1 observa-se que a linha de tendência do volume de casamentos não é totalmente estável durante os trinta anos analisados, pois declina ligeiramente até ao final da década de 1820. Também se verifica uma diminuição no volume de matrimónios nos anos 1804-1805, 1811, 1820, 1823-1825. Dos resultados obtidos pelo cruzamento de registos de óbitos na mesma data, observa-se um aumento da mortalidade de adultos em alguns desses anos, ocasionada por epidemias (catarro, *tisis*, febres e sarampo), que podem estar na base da diminuição do número dos casamentos, embora tenhamos consciência de que sem um levantamento sistemático dos registos de óbitos não possamos estabelecer essa relação direta. Seja como for, é necessário insistir-se no

⁵ A freguesia de São Julião (hoje em Portalegre) não foi analisada porque os registos estão incompletos: faltam dados para os primeiros dez anos analisados e, devido ao baixo número de casamentos registados nos anos restantes, consideramos que a não recolha dessa informação não irá distorcer os resultados da amostra. ADP, PRQ/PPTG10 Paróquia de São Julião: Registos de casamentos 1681-08-08/1815-06-07 (anos 1800, 1805, 1811-1815); 1815-07-15/1859-11-09 (anos 1816-1826, 1828-1830).

reduzido universo de elementos em estudo, o que, naturalmente, gera significativas flutuações nos acontecimentos demográficos.

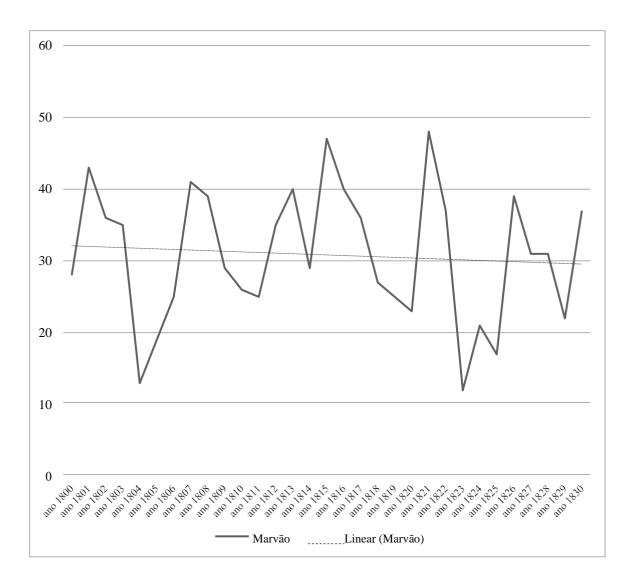


Gráfico 1. A evolução dos casamentos no Concelho de Marvão. Dados Absolutos. Fonte: ADP, Registos de casamentos.

Santa São Anos Maria		São António das Areias	São Salvador da Aramenha	São Tiago	Marvão
Total	126	244	366	220	956

Tabela 2. Total de casamentos no Concelho de Marvão (1800-1830). Fonte: ADP, Registos de Casamentos.

1.3. A Taxa Bruta de Nupcialidade (TBN)⁶

No estudo sobre o concelho de Marvão a média de casamentos anual compreende uma TBN de, aproximadamente, 12,76%o⁷.Os dados sobre a nupcialidade em Portugal, para 1815-1819 (Balbi, 1822: 262-263), revelam taxas de nupcialidade que oscilavam entre os 5,5%o em Guimarães, e os 11,19%o em Avis, embora os valores normalmente se situassem entre os 6-8%o (Tabela 3). As comarcas vizinhas de Marvão apresentavam os seguintes resultados: Crato: 7,54%o; Portalegre: 9,95%o; Castelo Branco: 9,70%o; enquanto a média nacional de 25 comarcas do país era de 7,43%o (Marques e Matos, 2002: 36). A nupcialidade registada em Marvão aproximava-se, assim, dos resultados obtidos para 1801, estudados por J. P. Ferro (1995: 23-29; Sousa 1995).

Guimarães	Crato	Portalegre	Castelo Branco
5 50%	7.540/ 0	0.05% 01	9,70%0
	o 5.5%0		9

Tabela 3. Taxa Bruta de Nupcialidade em Portugal nos primeiros vinte anos do século XIX. Fonte: ADP, Concelho de Marvão, Registos de casamentos; Ferro, 1995; Sousa, 1995; Marques e Matos, 2002; Balbi, 1822.

2. Os primeiros casamentos e os recasamentos

O matrimónio constitui um dos fenómenos naturais de maior influência na vida social dos indivíduos, a escolha do consorte está muito dependente do relacionamento prévio entre os nubentes e respetivas famílias. A identificação das ligações preferenciais dos contraentes pode caracterizar melhor o relacionamento social da época e do espaço considerado (Cosme, 2006: 779-786). Uma vez que a nupcialidade depende da vontade humana, ela reflete as opções e os comportamentos das sociedades, considerando-se mesmo que funcionava como regulador do sistema demográfico (Hajnal, 1965; Chaunu,

⁶ Corresponde ao total de matrimónios dividido pelo total de habitantes, e multiplicado por 1.000.

⁷ Só é possível calcular esta taxa tendo como referência os dados do ano 1801, pois não estamos na posse de outros dados que nos permitam quantificar o efectivo demográfico para os restantes anos. Em 1801 registam-se 43 matrimónios para uma população de 3.370 indivíduos, pelo que a TBN se cifra nos 12,76% o. No entanto, entre 1800-1805 a média de casamentos anual é 29, compreendendo a uma TBN de 8,6% o. Levamos em conta este último resultado porque está mais próximo das datas de 1801 (data da contagem da população), já que não temos os totais da população até 1830. Por um lado, fazer cálculos com mais de cinco anos de intervalo implicaria deixar de lado o possível aumento ou diminuição dos dados da população total, neste período de instabilidade política. Por outro lado, ter em conta só os dados de casamentos realizados em 1801 pode ignorar a possibilidade de um aumento da nupcialidade excecional, num ano particular.

1974). Do mesmo modo, a indicação do estado civil nos registros paroquiais possibilita uma análise mais detalhada em termos da prima nupcialidade e dos recasamentos (Santos et al., 2010: 75-83). Nesta análise propomo-nos distinguir essas duas formas diferenciadas de sistemas de acesso ao casamento: uma direcionada para os homens e as mulheres, solteiros e solteiras, e outra para os homens e as mulheres viúvos e viúvas.

No concelho de Marvão registaram-se 956 matrimónios de 1800 até 1830. Os primeiros casamentos corresponderem o 73,84% e os recasamentos a 26,15% (Gráfico 2)8. Tendo em conta o estado civil do casal, destaque-se um certo peso dos recasamentos entre viúvos e solteiras (129), sendo metade este tipo de matrimónios (51,6% dos recasamentos e 13,49% sobre o total de matrimónios). Os recasamentos entre viúvas e solteiros (62) – 24,8% dos recasamentos e 6,48% do total de matrimónios – apresenta quase o mesmo peso relativo que os recasamentos em que os dois cônjuges são viúvos (59) (23,6% dos recasamentos e 6,17% sobre o total de matrimónios) (Faustino, 1998: 188-189; Amorim, 1984; Cosme, 2006: 788). Os diferentes cenários ao nível da estrutura populacional por sexos parecem demonstrar uma tendência para favorecer os homens viúvos nos recasamentos. Assim, existe um homem viúvo em 74,8% dos recasamentos, enquanto 48,1% dos recasamentos se registam mulheres viúvas. Estes dados favorecem claramente os homens viúvos (Santos et al. 2010: 85-90), pois tomam parte nos recasamentos 25% mais do que as mulheres com o mesmo estado civil. Como foi demonstrado em outros territórios da Península Ibérica, os viúvos tendem a casar-se com mulheres solteiras de menor idade para garantirem o nascimento de filhos (Bandeira, 2004: 242; Raposo, 2000: 79), enquanto as viúvas mais dificilmente se casam, em particular, como alguns casos demonstraram, quando ultrapassaram os quarenta anos de idade (Blanco Carrasco, 1999: 223), embora noutros casos os solteiros, particularmente os imigrantes, em conjunturas de dificuldades, desposavam, preferencialmente, viúvas com situação económica mais desafogada (Cosme, 2006). Seja como for, a nível micro, como é o caso, estes exemplos podem não se aplicar à realidade em estudo, mas poderão auxiliar na interpretação dos dados percentuais, indicados no gráfico 2.

⁸ Não temos informações sobre a idade dos nubentes. Raposo (2000: 5-77) constata 82% de mulheres solteiras nos casamentos, sendo que a percentagem dos homens solteiros se situa entre os 65% e os 87% no norte de Portugal no período moderno. Em percentagem, casam-se mais homens viúvos do que viúvas, entre os 29-30% no século XVIII, enquanto as mulheres viúvas se situam entre os 8-9,9%.

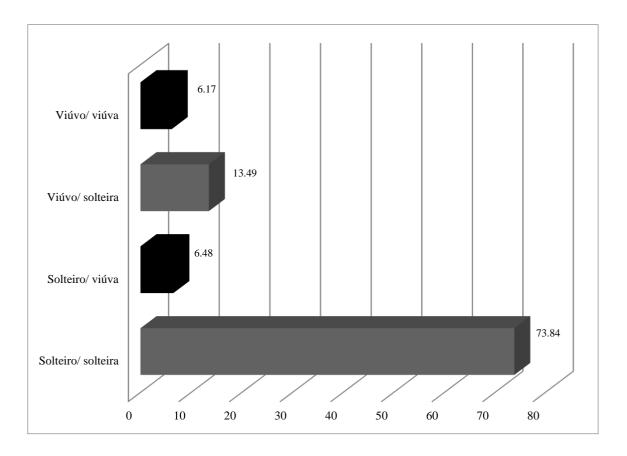


Gráfico 2. Estado civil dos nubentes. Marvão (1800-1830). Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos.

3. As migrações: uma leitura através do casamento

As comunidades rurais da Época Moderna não eram fechadas (Cosme 2006: 810), mas abertas às influências exteriores e aos fluxos migratórios (Flinn 1981: 65). Constituem sistemas de interação e interdependência, condicionados pela sua dimensão, localização geográfica ou pela diversidade de funções desempenhadas (económicas, militares, religiosas...) (Moreira et al. 2009: 85). Sem ser considerado um fenómeno tipicamente demográfico, a nupcialidade assume muita importância no movimento populacional, em termos de saída e entrada de indivíduos numa população (Santos et al., 2010: 79).

3.1. A estrutura das fontes para o estudo da mobilidade

Os registos paroquiais de casamento são uma fonte essencial para o estudo da mobilidade. Os assentos aqui estudados fornecem a naturalidade e residência dos cônjuges, fazendo possível a averiguação da contribuição dos fatores endógenos ou exógenos na reprodução demográfica de uma comunidade, projetadas pelo casamento enquanto fenómeno de interação social (Moreira et al., 2009: 85).

Por um lado, a naturalidade possibilita a aferição da relação existente entre os nubentes em termos de origem geográfica, pois permite uma avaliação qualitativa da influência das migrações em cada freguesia. Ao nível do tratamento dos dados, no estudo da origem dos fluxos migratórios e da sua influência para cada uma das freguesias, optámos por ter em conta a residência. No concelho de Marvão apenas foi medida a naturalidade nos casos em que somente se referencia o local do batismo para efeitos de naturalidade, ou bispado onde este se tinha realizado. Por outro lado, a morada na data do evento possibilita o conhecimento da proximidade geográfica entre os nubentes antes do casamento. Neste sentido, é interessante verificar se os casamentos se realizavam mais frequentemente na freguesia do noivo ou da noiva (Santos et al., 2010: 84).

Conhecer os matrimónios que se realizaram entre os naturais do lugar em estudo e os originários de outro espaço é um fator caracterizador sociológico do comportamento matrimonial das populações (Merino Arribas, 1991: 230). Neste trabalho, para as contabilizações dos fluxos migratórios, foram manuseados os dados da seguinte forma. Consideraram-se os matrimónios onde um ou dois dos nubentes são moradores da mesma paróquia. Em ambos os casos, pela proximidade, considera-se que não houve nenhuma migração, ou seja, quando os nubentes são residentes no concelho de Marvão, mas provenientes das diferentes freguesias que o compõem.

Nos casos seguintes considera-se que houve uma deslocação: os matrimónios onde um ou dois dos nubentes são moradores do concelho limítrofe ou dos concelhos cercanos; os matrimónios onde um ou dois dos nubentes são moradores em outros lugares de Portugal; e os matrimónios onde um ou dois dos noivos são moradores em Espanha, em vilas perto da fronteira. Tenha-se em consideração que quando a origem dos nubentes de Marvão se referia a fazendas, sítios e locais pertencentes a paróquias, freguesias e

bispados, inseriu-se nas respetivas unidades administrativas, sempre que se conseguia localizar (paróquia, freguesia, concelho, distrito, bispado...).

3.2. Endogamia e exogamia matrimonial

O estudo das migrações permite-nos saber até que ponto uma comunidade é permeável. Por um lado, é interessante compreender as relações que se estabelecem dentro da própria comunidade, ou seja, a endogamia matrimonial. Por outro lado, se estabelece também uma relação ao exterior e uma interação exterior da comunidade, ou seja, os fatores exógenos dos mecanismos de reprodução social e económica dos nubentes (Cosme, 2006: 810).

3.2.1. A endogamia

Como Alain Girard referiu, os indivíduos tendem a casar-se dentro dos seus limites geográficos e socioculturais: "casa-se, como mais tarde se morrerá, no lugar onde se nasceu" (*On se marie, comme plus tard on mourra, lá oú l'est né*) (Girard, 1981: 57). Durante o Antigo Régime, o grau de endogamia geográfica dos nubentes era elevado, pois o estabelecimento de laços matrimoniais frequentemente dependia da distância geográfica, além da situação económica anterior, ou de outras variáveis (Moreira et al., 2009: 85). De facto, A. Eiras Roel e C. Fernández Cortizo consideram que o sedentarismo das populações históricas é um modelo respaldado pelos métodos da demografia (Fernández Cortizo e Eiras Roel, 2003: 144).

No estudo das origens dos fluxos migratórios no concelho de Marvão a primeira conclusão a que podemos chegar é a de que a maioria dos nubentes, considerando os casais segundo a sua procedência, em vez dos cônjuges separadamente, era originária da mesma paróquia, com valores de 56,7% dos matrimónios (559).

Em um 6,6% dos casos os cônjuges procedem de sítios e lugares da mesma freguesia (65). Finalmente, 20,0% dos nubentes são moradores em freguesias diferentes dentro do concelho de Marvão (197). Portanto, conclui-se o predomínio das uniões endogâmicas, pois em 83,2% dos matrimónios ambos os cônjuges nasceram em Marvão (Gráfico 3).

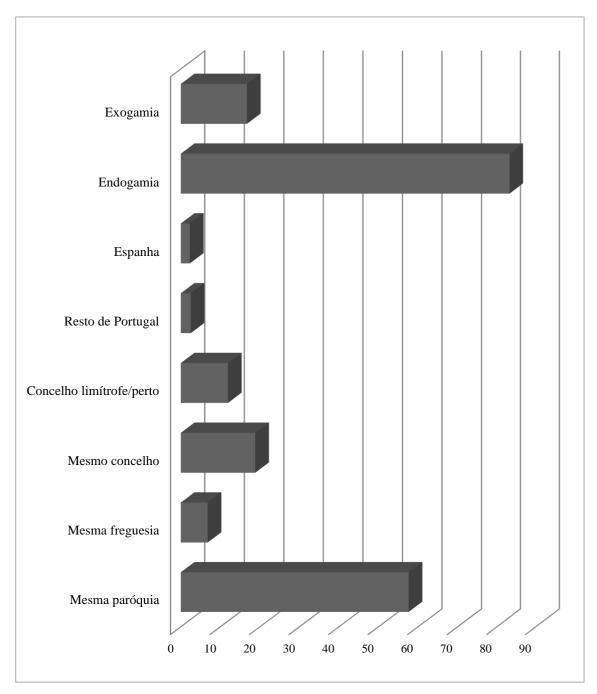


Gráfico 3. Procedência dos nubentes. Marvão (1800-1830). Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos.

3.2.2. A exogamia

Embora o fator proximidade geográfica assuma importância no contexto matrimonial das freguesias, os naturais de Marvão não se limitaram ao seu espaço local e aos seus limites socioculturais (Santos et al., 2010: 95). Os fatores exógenos de

reprodução têm um peso do 16,7% nos casamentos. No caso de S. Vicente da Beira, no princípio do século, 68% da sua população é proveniente do exterior (embora os dados quantitativos sejam relativamente baixos), das localidades que se encontravam num raio de 30 km.

A migração exógena assenta em três pontos distintos de origem. Em 12,1% dos matrimónios, um ou dois nubentes são moradores em concelhos limítrofes ou que se situam perto de Marvão (119): Castelo de Vide, Castelo Branco, Elvas, Crato, Portalegre, Alpalhão, Nisa, Arronches e Monforte. Embora menos numerosos, também há indivíduos residentes em vilas e cidades portuguesas distantes do concelho: 2,43% – (24): Beja, Coimbra, Lamego, Viseu, Évora, Porto, Abrantes, Guarda, Braga, Pinhel e Montalvão. Assim mesmo, também se registam nubentes espanhóis, em 2,23% (22), originários de vilas próximas da fronteira: Valença da Alcántara, Alcántara e Albuquerque (reino de Espanha).

Não conhecemos as causas da migração para efeitos de matrimónio, para além das dificuldades do casamento intrínsecas ao lugar de nascimento. Talvez a causa mais directa seja, naturalmente, a procura de melhores condições de vida ou a impossibilidade de se estabelecerem na sua terra natal, sem descurar possíveis deslocações sazonais de mão-de-obra ou o cumprimento do serviço militar. Em qualquer caso, a presença de indivíduos que não nasceram no concelho, assim portugueses como estrangeiros, atesta que Marvão é uma comunidade aberta ao exterior, possivelmente pela importância da sua praça militar e por influência das suas características em termos económicos (Diogo e Moreira, 1994: 135; Justino s.d.).

No entanto, dada a proximidade entre os distritos espanhóis e portugueses, não deixa de causar surpresa o facto do número de casamentos entre espanhóis e portugueses ser inferior aos casamentos entre portugueses provenientes de mais longe. Por um lado, a existência de casamentos luso-hispânicos mostra que a fronteira não é uma barreira intransponível para a formação da família. Por outro, a crise política existente e o conflito militar na fronteira são fatores que podem explicar o reduzido número de casamentos transnacionais. Na verdade, "se a demarcação da fronteira é, em todos os momentos históricos, uma artificialidade e uma invenção [...] a sua delimitação acaba, de uma forma

ou de outra, por condicionar os países e as regiões que as circundam" (Moreira et al., 2009: 100).

3.2.3. Diferenças na mobilidade entre homens e mulheres

Se quanto mais reduzida é a população maior tende a ser a influência dos movimentos migratórios (Rodrigues, 1995: 79), a causa da mobilidade masculina para procurar mulher pode residir na restrição feminina ao casamento. Na origem do matrimónio postula-se uma relação entre a intensidade dos fenómenos migratórios e dos desequilíbrios entre os sexos, pois estes ocasionam restrições matrimoniais (Bandeira 1996: 298). Não raras vezes, os fenómenos emigratórios e as restrições matrimoniais estão ligados às estratégias patrimoniais, através das quais as famílias procuram manter o seu estatuto social, provocam o aumento do celibato e incentivam à emigração (O´Neill, 1981). De facto, alguns autores consideram que nas sociedades pré-modernas a emigração é uma das consequências mais diretas face ao difícil acesso ao casamento. A deslocação de efetivos de ambos os sexos impôs um comportamento mais característico de comunidades rurais, ou seja, casando-se entre si (Santos et al., 2010: 95).

3.2.3.1. O lugar de casamento

Nos registos de Marvão quando o local de morada dos nubentes não era coincidente, os casamentos realizavam-se, principalmente, na freguesia da noiva (80,3% e 19,7% na do noivo), embora desconheçamos se a morada futura dos nubentes será a da noiva. Por sexo, nota-se que existem mais homens do que mulheres oriundas das outras freguesias de Marvão, mas também do resto de Portugal e de Espanha. Por outro lado, há uma predominância das mulheres naturais do concelho de Marvão (Gráfico 4). No entanto, há que ter em conta que o registo de casamento de um nubente, com naturalidade diferente daquela em que o ato se realizou, nem sempre significa migração (Cosme, 2005: 811), pelo facto de se ter consorciado à paróquia da noiva (Amorim, 1991; Poussou, 1973: 139-170), pois a tradição em Portugal é o noivo casar-se na terra da noiva. A coincidência de local entre os registos de nascimento e morte não espelha imobilidade, porque entre estes dois momentos da vida humana existe um tempo intermédio, a "lifetime [tempo de vida]", difícil de seguir (Flinn, 1981: 66-67). Na verdade, neste trabalho não foi possível

de fazer um cruzamento com outras fontes, como os róis de confessados, que, por serem anuais (desde que existissem) poderia acrescentar informações sobre este assunto.

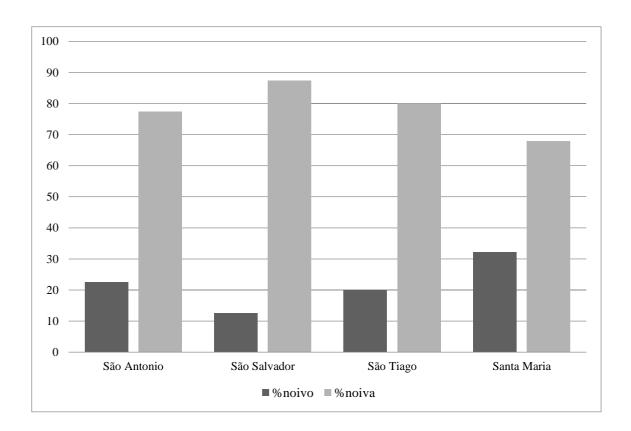


Gráfico 4. Freguesia do casamento, em matrimónios com forasteiros (1800-1830). Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

3.2.3.2. As migrações de pequena, média e longa distância por sexo e estado civil

A mobilidade no Antigo Regime corresponde principalmente a uma mobilidade local entre indivíduos que se conheciam bem, mesmo no caso de praças militares fronteiriças (Moreira et al., 2009: 99-100). De fato, as migrações fazem-se a uma pequena distância, porque a vila mais próxima torna-se num local de atração, sempre que o trabalho é insuficiente no local de partida. A maior parte dos migrantes era natural de pequenas localidades mais próximas, com especial destaque para as paróquias do termo do concelho. Todavia a análise do concelho de Marvão mostra a existência, para além das migrações de pequena e média distância, de uma mobilidade de proveniências mais distantes. Em conjunto, os anos de chegada de nubentes mostram a mobilidade de mais forasteiros, verificada em 1800, 1807, 1810, 1815, 1817-1818, 1820 e 1826. A

diminuição dos nubentes forasteiros coincide com a redução nos totais de casamento (Gráfico 5). Tendo em conta o sexo, 81,7% dos indivíduos forasteiros são homens, e 18,3% mulheres, tendência confirmada para outros estudos (Raposo, 2000: 85-87). Em relação ao estado civil, 85,6% dos nubentes são solteiros (71,2% homens, 14,4% mulheres) e 14,4% são viúvos (10,46% homens, 3,92% mulheres) (Gráfico 6).

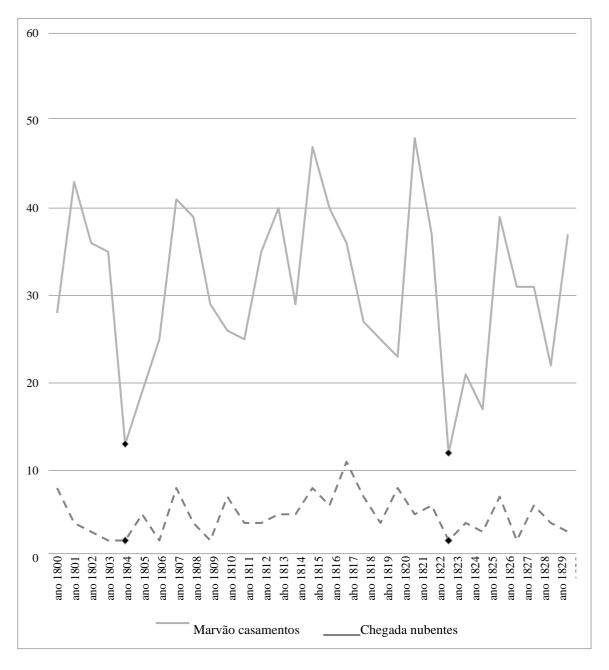


Gráfico 5. Evolução da chegada de nubentes de fora. Dados absolutos. Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

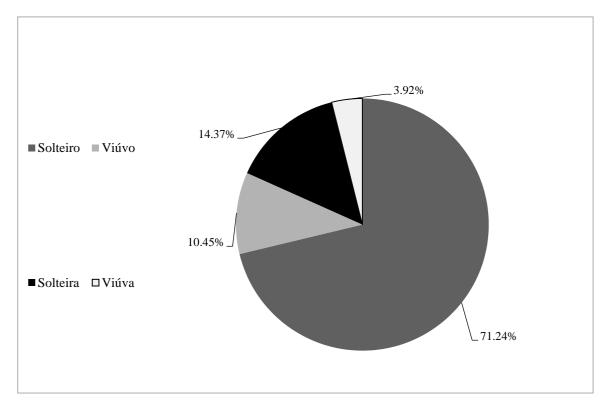


Gráfico 6. Estado civil. Forasteiros (1800-1830). Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

Tornam-se visíveis padrões de mobilidade dissemelhantes entre homens e mulheres, solteiros e viúvos, quanto ao volume das deslocações, e também em relação às distâncias. Por um lado, os homens percorrem distâncias maiores, embora as regiões relativamente mais próximas sobressaiam, o mesmo sucedendo para as localidades espanholas. Por outro lado, há registo de mulheres provenientes das zonas limítrofes. Em definitivo, nota-se certa semelhança no que diz respeito ao campo migratório de homens e mulheres, embora nestes anos tenha pouca expressão a migração oriunda de lugares mais distantes.

Em relação à procedência por sexos e estado civil, 53,6% das mulheres são originárias de Castelo de Vide. Entre as solteiras, 50% vêm de Castelo de Vide, e 31,8% de Espanha (Valença de Alcántara, Alcántara –Cáceres e Alburquerque –Badajoz). As restantes solteiras detêm idêntica percentagem (4,54%) de Portalegre, Castelo Branco, Montalvão e Alpalhão. Também, em relação às viúvas, registaram-se 66,7% oriundas de Castelo de Vide, uma (16,7%) do Crato, e a mesma percentagem para a Espanha (particularmente Valença de Alcántara) (Gráfico 7).

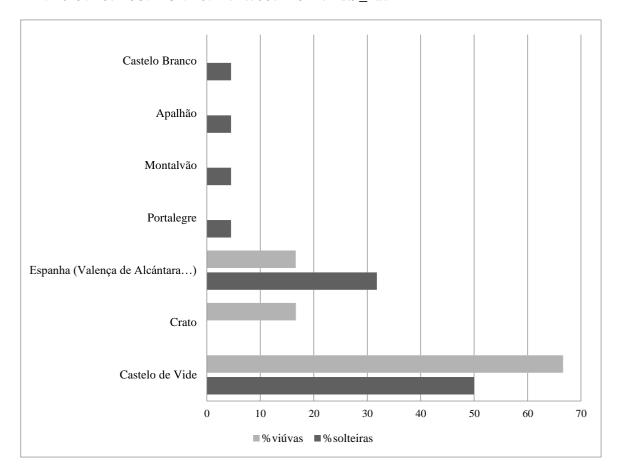


Gráfico 7. Origem das mulheres nubentes. Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

Os territórios mais distantes viram partir um elevado número de homens solteiros. 46,8% dos solteiros são dos concelhos limítrofes de Castelo de Vide e Portalegre (11%), e 9,17% provêm das vilas de Espanha mais próximas a Marvão. Os restantes homens procedem de outros territórios mais distantes: 5,5% de Castelo Branco, 3,7% nasceram em Viseu, de Coimbra, 2,75%, Elvas com a mesma percentagem, do Crato, Lamego e Nisa (*Niza*). Os restantes solteiros são de Montalvão, Seia, Guarda, Porto, Braga, Pinhel, Arronches, Abrantes e Monforte (Mapa 1).

É interessante notar o número de viúvos que procedem de Espanha, 43,8%, que pode estar relacionado com as dificuldades no mercado de casamento no lugar de origem para este segmento. Também é significativa a mobilidade de homens do concelho de Castelo de Vide (25%). Entre a mobilidade de maior distância, registe-se 12,5% de viúvos

originários de Elvas, enquanto outros homens solteiros são de Crato, Portalegre e Apalhão, 6,25% para cada procedência (Gráfico 8).

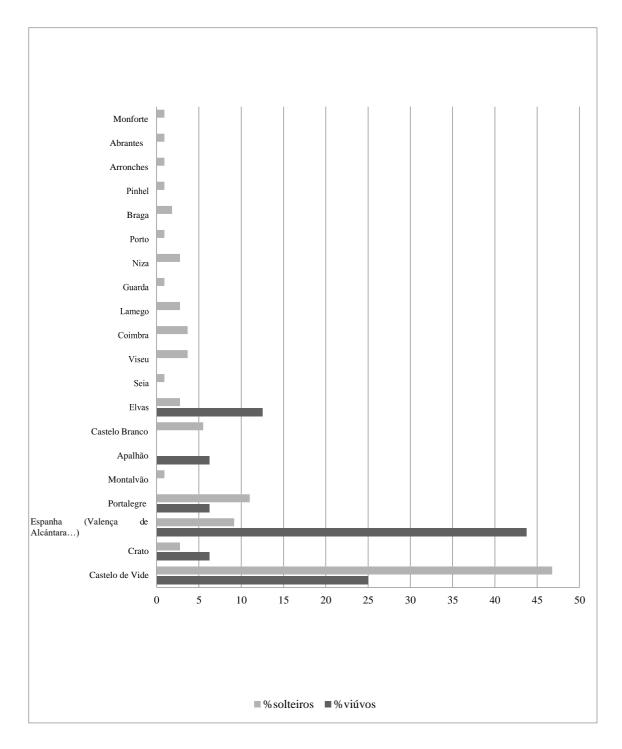
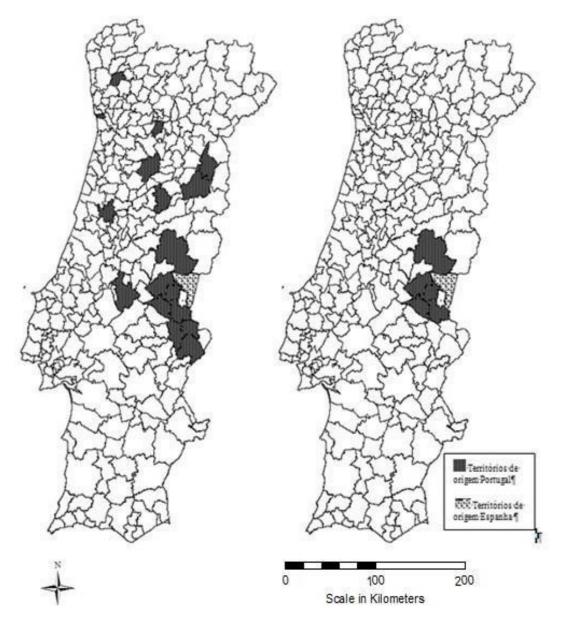


Gráfico 8. Origem dos homens nubentes. Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.



Mapa 1. Mobilidade entre homens (esquerda) e mulheres (direita). Fonte: *PortugalWgs84_30N*. Homens (Abrantes, Arronches, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Elvas, Portalegre, Guarda, Lamego, Monforte, Pinhel, Porto, Seia, Viseu). Mulheres (Castelo Branco, Castelo de Vide, Crato, Nisa, Portalegre, Alcántara, Valença de Alcántara –Espanha-). Elaboração própria.

O que estes dados nos dizem é que os homens percorrem maiores distâncias do que as mulheres (as solteiras migram mais do que as viúvas e também percorrem maiores distâncias); sobretudo os homens solteiros migram mais do que os viúvos. Na migração feminina, o fator proximidade foi bem mais significativo do que na masculina, já que a quase totalidade das mulheres era originária das freguesias de Castelo de Vide e das vilas

espanholas perto da fronteira. Tal pode significar que as relações entre o noivo e a família da mulher teriam sido mais frequentes do que as relações entre a noiva e a família do homem, tendo em conta o lugar de origem dos nubentes.

É notório que os homens migraram em número muito superior ao das mulheres. Percentualmente, Castelo de Vide (45%) foi a região de origem da maior parte dos que se dirigiam ao concelho de Marvão. A proximidade foi a causa fundamental desta ocorrência, algo típico e natural neste género de migrações internas, como assinalam alguns autores (Moreira et al., 2009). Com vista a uma caracterização mais específica e pormenorizada desta mesma mobilidade, convém registar a presença dos naturais das vilas próximas da fronteira com Espanha (16%), conjuntamente com várias outras freguesias limítrofes de Portalegre (9%). O conhecimento dos locais de origem dos nubentes que vêm casar a Marvão mostra uma dinâmica migratória de carácter comunitário, com conexões ao nível da solidariedade entre vilas limítrofes (Gráfico 9).

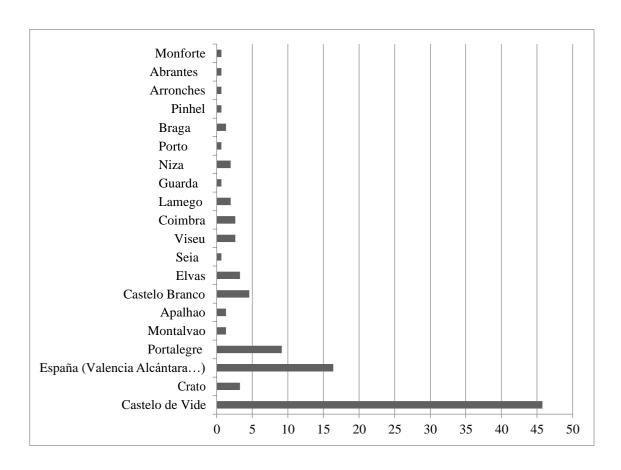


Gráfico 9. Totais de procedência. Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

Se analisarmos as freguesias autonomamente, verifica-se que a representatividade da exogamia não é igual à representatividade dos matrimónios. Portanto, as migrações não dependem, aparentemente, da dimensão populacional da freguesia, mas das condições rurais ou urbanas das paróquias. No entanto, em São António, paróquia rural, a presença de pessoas não oriundas do concelho de Marvão é maior do que nas restantes. Este facto é, também, significativo na paróquia de Santa Maria, eminentemente urbana, pelas suas funções económicas, civis e administrativas. Mesmo assim, a mobilidade em áreas urbanas é habitual no Antigo Regime. Mas tal não é tão frequente nas áreas rurais, como na paróquia de São António. Neste sentido, a paróquia de São Salvador também é rural. Por outro lado, uma terceira realidade, semi-urbana, verifica-se na freguesia com características militares, São Tiago, com a presença de casamentos de mobilidade masculina de soldados (Gráfico 10). Portanto, as condições económicas, políticas e militares das freguesias são fatores que naturalmente condicionam as estratégias seguidas na celebração dos casamentos.

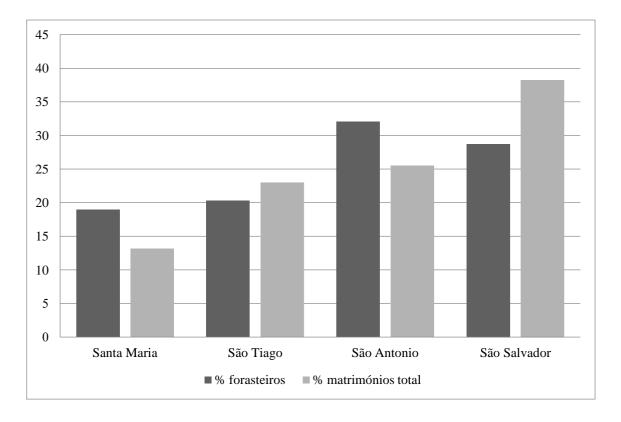


Gráfico 10. Exogamia e casamento totais. Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

Conclusões

Num recorte temporal de 30 anos foi possível distinguir nas paróquias de Marvão dois sistemas diferenciados de acesso ao casamento no concelho: os primeiros casamentos e os recasamentos. Os primeiros englobam dois terços dos matrimónios. Neste sentido, o casamento entre pessoas que sofreram a perda do seu cônjuge não deixou de constituir um fenómeno comum, pois os recasamentos afetaram um em cada três casamentos. Também nos debruçamos aqui sobre as estratégias familiares que permitiram recompor lares desfeitos, onde os protagonistas dos casamentos eram viúvos e viúvas, viúvos e solteiras ou viúvas e celibatários. Em relação ao estado civil dos nubentes há um predomínio dos matrimónios entre viúvos e solteiras, embora também existam matrimónios canónicos entre viúvas e solteiros, e viúvos e viúvas.

Da mesma forma, a dinâmica da família estava ligada a redes de interesses que transpunham limites do concelho, na medida em que se assiste a uma afluência de nubentes a Marvão expressamente para a celebração do matrimónio. De facto, o fenómeno da nupcialidade está em estreita relação com outros fenómenos demográficos, como a questão da imigração. Os casamentos geralmente ocorrem entre pessoas da mesma paróquia ou do mesmo concelho; mas outras vezes a origem dos nubentes transpõe os limites da freguesia e do município. Então, predomina uma mobilidade a pequena, média e longa distância, isto é, porque alguns nubentes, não nativos e não moradores do concelho, viajam para Marvão especificamente para contrair casamento, embora não saibamos se ali ficam a residir.

Marvão apresenta uma população urbana e rural e, por isso, as suas variáveis poderiam atrair pessoas ao mercado matrimonial. Neste sentido, na mobilidade há uma tendência direcionada para os homens e outra para as mulheres. No cômputo global, o maior número dos casamentos registados foi constituído por um homem de fora e uma mulher de Marvão. De facto, a maioria dos casamentos celebra-se na paróquia da noiva. A mobilidade dos homens é mais intensa do que a das mulheres, sobretudo dos homens solteiros, pois a distancia percorrida é maior, como também foi observado por outros autores em diferentes áreas da Península Ibérica. Também a mobilidade é mais intensa nas mulheres solteiras do que nas viúvas. Assim mesmo, predominam pessoas dos concelhos limítrofes e das vilas espanholas na fronteira. Por esta razão, concluímos que

a fronteira não se afigura como uma barreira hermética para o casamento pois, em qualquer caso, o factor proximidade parece ser mais importante do que a mera fronteira política.

Em definitivo, o interesse desta pesquisa permite descortinar o comportamento dos indivíduos na escolha de cônjuge, tendo em conta o seu estado civil e sua proveniência. Este estudo contribui para o avanço do conhecimento em função do que já se sabe sobre a mobilidade em concelhos de fronteira. Por conseguinte, é um contributo adicional para o estudo da nupcialidade na Península Ibérica, que expande e enriquece o conhecimento do casamento e da mobilidade em Portugal e também na Espanha. Temos consciência, contudo, de que o período cronológico em estudo, por abarcar uma época conturbada a nível geopolítico pode ter travado alguma mobilidade marital, mas tal só se comprovará ao prosseguirmos este estudo.

Bibliografia:

AMORIM, Maria Norberta (1991), *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquiais*, Braga.

- "S. Pedro de Poiares e a sua População de 1650 a 1830", *Brigantia*, Bragança, 1983-1984, pp. 93-130.

BALBI, Adrien (1822), Essai statistique sur le Royau-me de Portugal et d'Algarve (...), t. II, Paris, pp. 262-263.

BANDEIRA, Mário Leston (1996a), "Teorias da população e modernidade: o caso português", *Análise Social*, vol. xxxi (135), 1996 (1.), pp. 7-43.

- (1996b), Demografia e Modernidade, Lisboa, I.N.C.M.
- (2004), Demografia. Objecto, Teorias e Métodos, Lisboa, Escolar Editora.

BLANCO CARRASCO, José Pablo (2003), "Notas para un estudio sobre las migraciones y la movilidad geográfica en el entorno urbano extremeño (1500-1860)", *Revista de Demografía Histórica*, Vol. 21, Nº 1, pp. 79-111.

– (1999), *Demografía, familia y sociedad en la Extremadura moderna, 1500-1860*, Universidad de Extremadura, Cáceres.

BLANCO CARRASCO, José Pablo y SANTILLANA PÉREZ, Mercedes (2011),

"Nupcialidad, mercado matrimonial y movilidad en la España interior: Extremadura, ss. XVI-XVIII", *Norba. Revista de historia*, nº 24, pp. 35-51.

CHAUNU, Pierre (1974), *Histoire Science Sociale. La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*, Paris, Société d'édition d'enseignement supérieur.

COSME, João (2006), "Olivença (1640-1715), População e Sociedade", *Revista de Estudios Extremeños*, LXII (II), pp. 753-824.

- (2009), "A população da diocese de Elvas em 1724", *População e Sociedade*, número 17, pp. 115-127.

DIOGO, Helena Isabel e MOREIRA, Maria João Guardado (1994), "Migrações internas para S. Vicente da Beira no século XVIII", in *Comunicações das I Jornadas de História Regional do Distrito de Castelo Branco*, Castelo Branco, pp. 133-138.

DUPÂQUIER, Jacques (1972), "De l'animal à l'homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles", Éditions de l'Université de Bruxelles, Revue de l'institut de sociologie, n°2, pp.177-211.

FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo e EIRAS ROEL, Antonio (2003), "Movilidad y migraciones internas en la Europa Latina", *Obradoiro de historia moderna*, Nº 12, pp. 143-165.

FAUSTINO, José Alfredo Paulo (1998), "Calvão (1670-1870). Estudo demográfico de uma Paróquia. Transmontana", *Revista de Demografía Histórica*, Vol. 16,Nº 1, pp. 183-214.

FERRO, João Pedro (1995), A População Portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815), Lisboa, Presença.

FLINN, Michael W. (1981), *The European Demographic System. 1500-1820*, Baltimore, The Harvester Press.

GIRARD, Alain (1981), Le Choix du Conjoint – Une enquête psycho-sociologique en France, Paris, PUF.

HAJNAL, J. (1965), "European marriage patterns in perspective", in *Population in History. Essays in Historical Demography*, London, pp. 101-145.

JUSTINO, David, s.d. – "Factores exógenos de reprodução económica, social e culturais em comunidades rurais. Uma posposta de abordagem numa perspectiva histórica" (artigo inédito).

LASLETT, Peter (2000), *The world we have lost: further explored*. Londres: Routledge. MARQUES, A. H. de Oliveira e MATOS, Paulo Lopes (2002), "A base demográfica" in A. H. de Oliveira MARQUES e SERRÃO, Joel (Dirs.) *Portugal e a instauração do Liberalismo*, Nova História de Portugal, vol. IX, Lisboa, Editorial Presença, pp. 13-45. MATOS, Paulo Teodoro de (2016), "The future of historical demography. A European population", in MATTHIJS, Koen; HIN, Saskia; KOK, Jan e MATSUO, Hideko, *The future of historical demography*, Leuven, ACCO, pp. 219-221.

MERINO ARRIBAS, José Maria (1991), La demografia de Torrejón de Ardoz en el siglo XVIII, Alcalá de Henares.

MOREIRA, Maria João Guardado; ROMÁN, Jorge; COLANTONIO, Sonia E.; ZULUAGA, Pilar; BLANCO, Maria José; y FUSTER, Vicente (2009), "Influência das alterações da fronteira luso-espanhola nos factores exógenos de reprodução de uma comunidade – o caso de Olivença (1760-1850)", *População e Sociedade*, número 17, pp. 85-103.

O'NEILL, Brian (1981), "Propriétarios, jornaleiros e criados numa aldeia trasmontana desde 1886", *Estudos Contemporáneos*, número 2/3, Porto, pp. 31-73.

POUSSOU, J. Pierre (1973), "Introdução ao estudo das migrações antigas", in Marcílio, Maria Luiza: *Demografia História*, S. Paulo, pp. 139-170.

RAPOSO, Fábia Maria (2000), Estudo demográfico de uma paróquia do planalto Mirandês: Palaçoulo (1656-1910), Guimarães, NEPS.

REGO, Aurora (2013), De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família, Vila Praia de Âncora, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.

RIBEIRO, Ana Rita Coelho (1995), "Aspectos sociodemográficos da Freguesia de Nossa Semhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760)", *População e Sociedade*, número 1, pp. 245-264

RODRIGUES, Teresa (1995), Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista, Lisboa, Edições Cosmos.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (2008), *História da População Portuguesa*, das longas permanências à conquista da modernidade, Porto, CEPESE/Afrontamento.

RODRÍGUEZ CANCHO, Miguel y BLANCO CARRASCO, José Pablo (2007),

"Conflicto bélico y población. Movimientos migratorios en Extremadura durante la Guerra de Sucesión (c.1690-1725)", in CAÑAS MURILLO, Jesús y ROSO DÍAZ, José (eds.), *Aufklärung. Estudios sobre la Ilustración española dedicados a Hans-Joachim Lope*, Cáceres, Universidad de Extremadura, pp. 39-58.

SANTOS, Maria Helena; BAPTISTA, Maria Isabel; CARDOSO, Sónia; CLEMENTE, Susana (2010), "Casar na Lisboa do séc. XIX – Duas freguesias em análise", *Revista Estudos Demográficos*, número 48, pp. 77-99.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord.) (2001), "Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849", Edição crítica, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, vol. I.

SOUSA, Fernando DE (1995), História da Estatística em Portugal, Lisboa.

SOUZA, Washington José de (2008), "O Mundo Que Nós Perdemos: da Solidariedade Pré-Industrial à Economia Solidária", *XXXII Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro/ RJ – 6 a 10 de setembro de 2008, pp. 1-16.

STYLOW, Armin U.; ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel y CEBRIÁN FERNÁNDEZ, Rosario (2009), *Marvão e Ammaia ao tempo das guerras peninsulares*, Marvão/Lisboa, Câmara Municipal de Marvão/Colibri.

TOVAR PULIDO, Raquel (2015), "Población y estructura matrimonial en el territorio del Partido de Navalmoral: A finales del Antiguo Régimen y segunda mitad del siglo XIX (1787-1887)", in Quijada González, Domingo (coord.): XXI Coloquios Histórico-Culturales del Campo Arañuelo, Navalmoral de la Mata, Noviembre de 2014, pp. 181-201.

- (2017a), "Pobres, hacendadas, comerciantes y otros oficios: economías femeninas y estructura de la familia entre las viudas de finales del Antiguo Régimen (Trujillo)", *Studia historica*. *Historia moderna*, Vol. 39, N° 2, pp. 397-432.
- (2017b), "Migraciones y movilidad en el interior de la Península Ibérica: Trujillo y su Partido en el primer cuarto del siglo XIX", *Revista Portuguesa de História*, Tomo 48, Número 2017, pp. 17-37.

VV. AA. (2018), Um projecto de futuro para a Beirã (Marvão). Baseado na Arquitectura e Urbanismo de Tradição Alentejana, Lisboa, Fundação Serra Henriques.